

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO



ATA DA 102ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE ACESSORAMENTO TÉCNICO LEGISPREV

DATA: 10/04/2026

HORA: 9h14

LOCAL: Presencialmente e por meio de videoconferência

PRESENCAS: Sr. Erwin Nogueira de Andrade, Presidente do Comitê; Sr. Dennys Rodrigues Oliveira; Sr. Guilherme Marques Veroneze (por videoconferência); Sr. Regis Soares Machado (por videoconferência); e Sr. Rodrigo de Andrade Moreira, membros no exercício da titularidade.

Registra-se ainda as presenças do Sr. Andrei Ramos Porto; da Sra. Renata Baars Paternostro; e do Sr. Vicente Antônio Oliveira Rossi (por videoconferência), membros suplentes; do Sr. Bruno Félix de Almeida (por videoconferência); do Sr. Bruno Marques Ribeiro; da Sra. Carina Gaelzer Torres; do Sr. Eduardo Guilherme Reiner; do Sr. Eliézio Mendes Silva; da Sra. Marcia Paim Romera; e do Sr. Naron Gutierrez Nogueira (por videoconferência), membros do Comitê de Assessoramento Técnico ExecPrev; da Sra. Graciene Valderes Pereira Andrade, Coordenadora da Secretaria de Órgãos Estatutários, Substituta; e do Sr. Douglas Araújo Ruas, Analista de Previdência Complementar.

CONVIDADOS: Sr. Cícero Rafael Barros Dias, Diretor-Presidente; Sr. Luís Márcio Couto Pacheco, Gerente de Atuária e Estatística; e Sr. Geraldo Julião Júnior, Coordenador de Orçamento.

Verificado o quórum necessário, de acordo com o art. 30, inciso II, do Regimento Interno da Funpresp-Exe, o Presidente do Comitê de Assessoramento Técnico ExecPrev (CAL) instalou a reunião e declarou iniciados os trabalhos.

ASSUNTOS DELIBERATIVOS:

1) Ordem do Dia

A ordem do dia foi aprovada pelos membros e seguiu a seguinte sequência: 1, 2, 5, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

2) Aprimoramento da Governança da Fundação

Na oportunidade, os membros debateram as ações de capacitação programadas para 2026, elaboradas pela Gerência de Pessoas, ressaltando a relevância da formação continuada no âmbito dos colegiados. Registraram, ainda, que, embora as certificações não sejam obrigatórias para o exercício da função, sua obtenção é recomendável e contribui para o fortalecimento da atuação técnica dos Comitês. No curso das discussões, os membros trataram da importância de maior integração entre os Comitês de Assessoramento Técnico, especialmente em matérias de interesse comum, bem como da conveniência de reuniões presenciais conjuntas como forma de aproximar os colegiados e qualificar o exame de temas convergentes. Em complemento, os membros apresentaram suas considerações sobre o aprimoramento das matérias submetidas aos Comitês e do respectivo Plano Anual de Trabalho, diante da necessidade de adequação das pautas ao formato bimestral das reuniões. Nesse contexto, destacaram a conveniência de revisar a periodicidade de determinados itens e de priorizar temas com maior aderência à função de assessoramento ao Conselho Deliberativo, tendo em vista a concentração de matérias antes distribuídas em maior número de reuniões ordinárias ao longo do exercício. Ao final, os membros acordaram que a Secretaria de Órgãos Estatutários apresentará, na próxima reunião ordinária, proposta de revisão do Plano Anual de Trabalho, a ser debatida e deliberada pelo colegiado, consideradas também as contribuições dos membros.

ASSUNTOS INFORMATIVOS:

3) Acompanhamento Atuarial do Plano (Avaliação Atuarial 2025 e Plano de Custeio 2026)

Os Srs. Cícero Dias e Luís Pacheco apresentaram a Nota Técnica nº 10/2026/COATU/GEATE/DISEG, de 27 de janeiro de 2026, que trata dos resultados da Avaliação Atuarial dos Planos de Benefícios ExecPrev e LegisPrev referente ao exercício de 2025, bem como da proposta de Plano de Custeio para o exercício de 2026, ambas as matérias aprovadas nos termos da Resolução CD nº 794, de 27 de março de 2026. Na exposição, esclareceram que, à luz dos resultados apurados e conforme os respectivos pareceres atuariais, os planos se encontram equilibrados, com suas obrigações integralmente cobertas pelos ativos, em conformidade com a legislação e com os princípios financeiros e atuariais aplicáveis. No tocante à avaliação atuarial, os membros debateram a consistência metodológica das projeções e a adequação das premissas utilizadas. O Sr. Cícero Dias esclareceu que a Fundação realiza estudos periódicos de aderência das premissas e contrata, de forma recorrente, consultoria atuarial independente, com o objetivo de mitigar risco de modelagem e verificar a consistência dos resultados. Também foram feitas observações sobre os efeitos da migração de participantes na composição dos planos, especialmente em razão das diferenças de perfil contributivo e de risco entre os grupos de participantes, com possíveis reflexos sobre o custeio e sobre a dinâmica do FCBE. Os membros do Comitê ressaltaram, ainda, a importância de aperfeiçoar a comunicação institucional acerca da formação, da utilização e da evolução do Fundo, de modo a conferir maior clareza sobre sua função na cobertura dos benefícios de risco e sobre os fatores que influenciam seu comportamento ao longo do tempo. Foram igualmente registradas manifestações sobre a recente redução do percentual destinado ao FCBE no Plano LegisPrev, destacando-se sua relação com a Recomendação nº 067 deste Comitê, voltada à incorporação, nos estudos atuariais, das informações relativas ao Benefício Especial para fins de dimensionamento e custeio do FCBE. Registrou-se, ainda, que o avanço da matéria contou com o compartilhamento de dados pelas áreas técnicas do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, bem como com o trabalho da Diretoria de Seguridade na formulação da proposta aprovada pelo Conselho Deliberativo. No que se refere ao Plano de Custeio para 2026, os membros levantaram considerações sobre a conveniência de revisão da taxa de carregamento, à luz das projeções de receitas, despesas e da sustentabilidade administrativa da Fundação. Em resposta, o Sr. Cícero Dias esclareceu que a eventual revisão da taxa de carregamento exige avaliação de longo prazo. Em seguida, foi apresentado o estudo de sustentabilidade da taxa de carregamento, com projeções de participantes, receitas e despesas, análise do mercado de EFPC e resultados prospectivos até 2064, no âmbito do qual foi

detalhada a proposta de redução da tabela da taxa de carregamento dos Planos de Benefícios, com vigência a partir de abril de 2026. Houve, ainda, manifestações quanto à conveniência de aprimorar os referenciais comparativos utilizados no estudo, especialmente na comparação com outras EFPC de porte, estrutura e características semelhantes. Discutiu-se a necessidade de o estudo de viabilidade administrativa indicar a eventual necessidade de cobrança de taxa de administração pelos assistidos. Também foram apresentadas considerações acerca dos efeitos da trajetória de redução da taxa de carregamento entre participantes com diferentes tempos de permanência no plano.

4) Estrutura Organizacional - 2026

A pedido do Presidente do Comitê, o item de pauta foi adiado para reunião futura do colegiado e em reunião conjunta com o CAE.

5) Orçamento - acompanhamento

O Sr. Geraldo Julião apresentou o Orçamento de 2026, com a previsão quantitativa e qualitativa de receitas e despesas do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e dos Planos de Benefícios ExecPrev e LegisPrev, aprovado por meio da Resolução CD nº 761, de 27 de novembro de 2025. Na exposição, destacou que a proposta orçamentária para 2026 foi elaborada com base em premissas gerais, entre as quais: adequação do orçamento do PGA à Resolução CNPC nº 62/2024, alinhamento ao Planejamento Estratégico da Fundação, manutenção de despesas de gestão administrativa em patamar inferior às receitas de gestão administrativa e preservação da continuidade, segurança e qualidade dos serviços prestados. Na sequência, abordou o acompanhamento da execução orçamentária e da gestão administrativa da Entidade, com base no apurado de 2025 e nos respectivos indicadores de gestão. No exame da matéria, os membros debateram aspectos relacionados às premissas que embasaram a elaboração do Orçamento de 2026, com destaque para a taxa de carregamento, as projeções de arrecadação e o comportamento da base de participantes. Na oportunidade, o Sr. Geraldo Julião esclareceu que a proposta orçamentária do PGA e as projeções para o exercício seguinte são elaboradas anualmente no mês de novembro e que o estudo da taxa de carregamento também é revisto a cada exercício. Os membros do Comitê apresentaram considerações sobre os parâmetros adotados para as projeções, especialmente quanto aos efeitos de reajustes remuneratórios e ao comportamento das adesões e desligamentos. Em complemento, o Coordenador informou que a Fundação registra, em média, cerca de 1.500 adesões mensais, ao passo que aproximadamente 260 participantes solicitam o cancelamento da adesão automática. Esclareceu, ainda, que a projeção relativa aos assistidos passou a ser acompanhada com maior atenção em período mais recente, em razão do aumento gradual da relevância desse grupo na base da Entidade. Também foram registradas observações sobre fatores que podem influenciar a permanência dos participantes nos planos, especialmente no contexto de migração, adesão automática e percepção de valor da previdência complementar. Os membros avaliaram que será oportuno que o tema do Orçamento seja incluído no Plano de Trabalho para o fim do ano, previamente à sua aprovação. Por fim, os membros trataram de aspectos relacionados à contratação de sistema *Customer Relationship Management* (CRM), registrando considerações sobre a matéria e a conveniência de aprofundamento específico do tema em momento oportuno.

6) Monitoramento e Análise de Performance de Ativos (MAPA) - janeiro de 2026

Os membros do Comitê tomaram conhecimento, por meio de vídeo, do relatório de Monitoramento e Análise de Performance de Ativos (MAPA) referente a janeiro de 2026.

7) Monitoramento de Riscos de Investimentos - janeiro de 2026

Os membros do Comitê tomaram conhecimento, por meio de vídeo, do monitoramento de riscos de investimentos referente a janeiro de 2026.

8) Acompanhamento da Carteira de Empréstimos do LegisPrev - 4º trimestre de 2025

Os membros do Comitê tomaram conhecimento do acompanhamento da carteira de empréstimos do LegisPrev referente ao 4º trimestre de 2025.

9) Ações implementadas pela Gerência de Comunicação e Relacionamento - 2º semestre de 2025

Os membros do Comitê tomaram conhecimento do balanço das ações implementadas pela Gerência de Comunicação e Relacionamento no segundo semestre de 2025.

10) Alterações Normativas e seus Impactos na Fundação - 1º trimestre de 2026

Os membros do Comitê tomaram conhecimento das alterações normativas e de seus potenciais impactos para a Fundação, referentes ao 1º trimestre de 2026.

11) Relatório de Atividades da Diretoria Executiva – 4º trimestre de 2025

Os membros do Comitê tomaram conhecimento, por meio de vídeo, do Relatório de Atividades da Diretoria Executiva referente ao 4º trimestre de 2025.

12) Relatório de Atividades da Auditoria Interna e de acompanhamento dos Planos de Ação - fevereiro de 2026

Os membros do Comitê tomaram conhecimento do Relatório de Atividades da Auditoria Interna e de Acompanhamento dos Planos de Ação referente a fevereiro de 2026, com destaque para os seguintes trabalhos de auditoria em andamento: (i) “Gerir a Arrecadação de Recursos e Cadastro”; (ii) “Gerir Investimentos”; e (iii) “Promover Segurança”. Complementarmente, foi apresentado o quadro de recomendações e o acompanhamento do PAINT 2026.

13) Atas dos colegiados e órgãos auxiliares

A Secretaria de Órgãos Colegiados disponibilizou aos membros as seguintes atas: (i) Conselho Deliberativo: 152ª, 153ª e 154ª reuniões ordinárias e 30ª reunião extraordinária; e (ii) Conselho Fiscal: 147ª, 148ª e 149ª reuniões ordinárias.

14) Informes

A Secretaria de Órgãos Estatutários disponibilizou aos membros do Comitê a Resolução CD nº 789 , de 20 de fevereiro de 2026, que trata da designação de membros do CAL para integrarem a Comissão de Apuração Ética de Dirigentes e Membros de Órgãos Colegiados; e a Resolução CD nº 791, de 20 de fevereiro de 2026, que trata das designações para presidente e presidente substituto do Comitê de Assessoramento Técnico LegisPrev.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Erwin Nogueira de Andrade, Presidente do Comitê de Assessoramento Técnico LegisPrev, considerou encerrados os trabalhos às 12h57, tendo eu, Douglas Araújo Ruas, secretário da reunião, lavrado e subscrito esta ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Erwin Nogueira de Andrade
Presidente do Comitê

Dennys Rodrigues Oliveira
Membro do Comitê

Guilherme Marques Veroneze
Membra do Comitê

Regis Soares Machado
Membro do Comitê

Rodrigo de Andrade Moreira
Membro do Comitê

Douglas Araújo Ruas
Secretário da Reunião



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Araujo Ruas, Analista de Previdência Complementar**, em 03/05/2026, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo De Andrade Moreira, Conselheiro(a)**, em 06/05/2026, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erwin Nogueira de Andrade, Conselheiro(a)**, em 06/05/2026, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dennys Rodrigues Oliveira, Conselheiro(a)**, em 08/05/2026, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Soares Machado, Conselheiro(a)**, em 08/05/2026, às 22:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Marques Veroneze, Conselheiro(a)**, em 09/05/2026, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0279492** e o código CRC **6B5CD96F**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.000201.000009/2026-99

SEI nº 0279492

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>